**Fim dos processos físicos é sinalizado na posse**

“**É inconcebível que tais facilidades não sejam utilizadas, de forma a permitir que o lado humano possa se revelar em toda a sua grandeza e plenitude. Sonho e lutarei por um Tribunal 100% digital, mas também 100% humano” – desembargador João Rebouças, em seu discurso de posse.**

Construir um Tribunal mais ágil e aparelhado, adaptados à era da informação, da rapidez e da precisão instantânea não anula o lado humano da atividade. Em seu discurso de posse, em 7 de janeiro, uma segunda-feira, o desembargador presidente apontou o novo caminho para a máquina judiciária norte-rio-grandense. “É inconcebível que tais facilidades não sejam utilizadas, de forma a permitir que o lado humano possa se revelar em toda a sua grandeza e plenitude. Sonho e lutarei por um Tribunal 100% digital, mas também 100% humano”, adiantou Rebouças em sua fala.

A administração focou em seus primórdios a compreensão de que como uma transição histórica era preciso vencer a idade do papel. “O processo virtual é uma quebra de paradigma para o Poder Judiciário e torna-se um fator favorável para acelerar o julgamento de processos”, salientou o dirigente do Poder Judiciário em entrevista a um programa de rádio, em 29 de janeiro. “Não vamos medir esforços para dar uma resposta à sociedade, lutar cada dia para sermos um prestador de serviço cada vez melhor, pois a missão do juiz é julgar, e a digitalização é mais um passo neste sentido”, observa o presidente.

Para cumprir o objetivo, O Tribunal de Justiça iniciou a digitalização dos processos no interior do estado. Na capital, o serviço funcionava a pleno vapor logo no primeiro mês da gestão. Inicialmente, 600 processos foram digitalizados. E incluindo, a Segunda Instância, chegaria rapidamente a 20 mil processos físicos. Com o avanço dos trabalhos, em março de 2020, 66% dos processos físicos estavam digitalizados.

A comarca de Areia Branca foi a primeira do interior a realizar o trabalho, no final de janeiro, com duas centenas de processos prontos para sentença, digitalizados em menos de uma semana. Para isso, a unidade contou com o reforço de servidores da comarca de Mossoró, que apoiaram o esforço da equipe local.

Essa ação promoveu uma economia real para o Poder Judiciário com aluguel de imóveis usados para guardar processos além de diminuir gastos com papel. Para se ter a dimensão disso, a Secretaria Judiciária do Tribunal utilizava 10 mil folhas de papel-ofício, mensalmente. Para a secretária Walteíze Barbosa, a economia proporcionou maior rapidez do trâmite processual e, consequentemente, mais transparência ao cidadão.